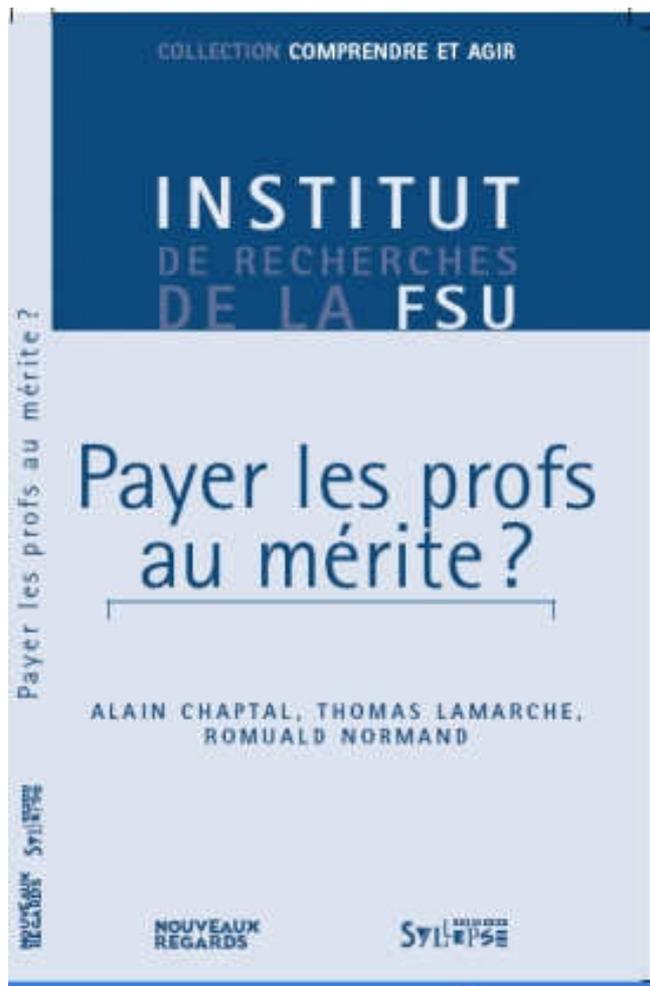




PAGAR OS PROFESSORES POR MÉRITO?

PAY TEACHERS BY MERIT?*



VÁRIOS AUTORES. **Payer les profs au mérite?**. Paris: Institut de recherches la FSU/ Éditions Nouveaux Regard et Éditions Syllepse, 2008.

Resenhado por:

Gabriela Marino Silva**

Universidade Estadual de Campinas

O Instituto de Pesquisas Históricas, Econômicas, Sociais e Culturais foi criado em 1994 pela iniciativa da *Fédération Syndicale Unitaire*¹ (FSU) da França, a qual possui 163 000 associados entre sindicatos gerais, setoriais ou de ofícios que se liguem à Educação, à Juventude e aos Esportes, à Pesquisa, à Cultura e à Justiça. O Instituto é dotado de um Conselho Científico e abriga diversas personalidades e pesquisadores do mundo associativo e sindical. Tem por objetivo colaborar com a produção e divulgação do conhecimento e dos instrumentos que ajudem a compreender os tempos atuais e na reflexão e debates sindicais, desenvolvendo pesquisas em diversas áreas².

Desse modo, o Instituto de Pesquisa da FSU reuniu pesquisadores e sindicalistas para promover um debate em torno do tema: “novas figuras do desempenho na escola”. Tal projeto rendeu o título *Payer les profs au mérite?*³, publicado em 2008 pelas editoras francesas *Syllepse* e *Nouveaux Regards*, o qual discute a questão da remuneração dos professores em função dos resultados de seus alunos, baseada em uma nova concepção de mérito do professor e de sua avaliação.

Conforme consta na introdução do livro, num primeiro momento Alain Chaptal e Romuald Normand apresentam as experiências inglesa e norte-americana ao introduzir a remuneração por mérito nos respectivos

*Resenha do livro da FSU: Vários autores. *Payer les profs au mérite?*. Paris: Institut de recherches la FSU/ Éditions Nouveaux Regard et Éditions Syllepse, 2008.

**Graduanda do Curso de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. No momento realizo uma pesquisa de Iniciação Científica cujo título é *Organização e condições do trabalho moderno: professores no plano nacional de educação*. O projeto é patrocinado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e se realiza sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Neri de Souza do Depto. de Ciências Sociais da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

¹ Federação Sindical Unitária (tradução livre)

² Informações retiradas dos sites da FSU (<http://www.fsu.fr/-Institut-de-Recherche->) e do Instituto de Pesquisa (<http://www.institut.fsu.fr/Presentation.html>). Acessados em: 27 de jun de 2012.

³ Pagar os professores por mérito? (tradução livre)

países. Em seguida, Tomas Lamarche contextualiza a ideia de mérito dentro do capitalismo e da ‘nova gerência’⁴.

Por fim, há também três entrevistas realizadas com sindicalistas docentes do Canadá, da Inglaterra e da França, nas quais eles expõem a visão da instituição para qual cada um trabalha.

A ideia central do livro parece ser a de que a remuneração por mérito, ou seja, aliada ao desempenho individual, constitui-se, de modo geral, como um “xeque” para a educação, pois destrói a coletividade do trabalho levando os professores ao oportunismo e ao utilitarismo sem qualquer melhora no sistema educacional. Essa resenha não tem por objetivo detalhar todo o conteúdo da obra devido a sua extensão, mas ater-se à ideia central e aos principais questionamentos levantados pelos diversos autores. Tendo isso em vista, passaremos brevemente pelo conteúdo mais específico de cada capítulo, dando mais importância aos questionamentos e críticas comuns aos autores e atrelando o conteúdo das entrevistas ao longo do texto. Tal decisão não pretende, de forma alguma, diminuir a importância da contribuição dos sindicalistas.

Segundo Alain Chaptal, os Estados Unidos são um país onde o sucesso material, o gosto pela competição e os valores empresariais constituem as referências culturais; a avaliação dos agentes pelo desempenho é banalizada nas empresas. Desse modo, há a ilusão de que o modelo de empresa é o melhor para resolver os problemas da educação, o que revela uma abordagem pragmática e utilitarista de educação, segundo a qual os alunos devem adquirir as competências para atender a sociedade e o mercado, tornando-se atores econômicos. Apesar de descentralizado,

⁴ Termo de Clarke, Newman, 1997 (*apud* Lamarche, Thomas, 2008) que, baseado na crítica à burocracia e ao corporativismo, propõe uma nova forma de gerir o serviço público através da introdução da lógica gerencial da esfera privada. Ou seja, uma lógica que visa os resultados em detrimento dos meios e a redução do corpo administrativo, mas que, principalmente, delega o poder de decisão política aos gerentes/técnicos.

o sistema educacional sofre forte pressão do governo federal baseado na ideia de que a livre escolha dos pais é a força que pode fazer com que o sistema melhore sua qualidade. Nesse sentido, em 2001, o então presidente George W. Bush sancionou a lei *No Child Left Behind* (NCLB), que estipulava que todos os estudantes da escola devem obter o ‘nível proficiente’ nos testes anuais de leitura e matemática, senão a escola teria cinco anos para melhorar seus índices ou seria fechada ou transformada em escola privada. A NCLB insiste na avaliação inicial e não na formação continuada, de modo que não há um sistema nacional sério e obrigatório para avaliar o professor, há apenas um único teste nacional que permite ter uma ideia do nível dos alunos nas diversas disciplinas.

No caso da Inglaterra, Romuald Normand associa o país à lógica da nova gerência do Estado, segundo a qual as decisões políticas são tomadas por gerentes e as relações entre as instituições são contratuais, concorrenciais e calculistas. Na escola se observa um maior controle das atividades tanto da própria escola quanto do professor a partir de testes e padrões nacionais. Há uma constante busca por eficácia e eficiência, visando sempre maior produtividade, conforme o modelo de empresa.

Até o momento em que foi o livro foi escrito, os resultados de pesquisas não foram capazes de demonstrar melhoras significativas no sistema educacional ou nos resultados dos alunos a partir do modelo de remuneração por mérito, de modo que sempre foi questionado desde sua implementação em ambos os países, pelos sindicatos e partidos. As críticas e efeitos perversos apontados pelos pesquisadores são também descritos pelos sindicalistas entrevistados.

Em primeiro lugar, a remuneração por mérito permite a penetração de valores capitalistas e de uma racionalidade de mercado nas escolas. Além disso, o desempenho do professor é, por si só, difícil de ser

caracterizado. Avaliar o professor através dos alunos é no mínimo muito complicado, pois ensinar é uma atividade complexa e multidimensional. Esse método de avaliação deixa de lado os diversos outros fatores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, bem como o processo anterior por qual o aluno possa ter passado. Há o risco da preferência por alunos com melhor desempenho e de maior preocupação com as matérias dos testes em detrimento de atividades criativas e programas diversificados, caracterizando o oportunismo e uma pedagogia utilitarista. Também há o risco de instalação de uma competitividade entre os professores, contrária ao senso pedagógico tradicional de trabalho em equipe. As muitas horas de trabalho num ambiente competitivo e socialmente desintegrado com recursos limitados são fatores que, somados à remuneração insatisfatória, geram um estresse sistemático, levando ao eventual adoecimento do professor.

Com as mesmas ressalvas, Thomas Lamarche aponta as principais diferenças entre os países de língua inglesa e a França, mostrando que o modelo de remuneração por mérito não faria sentido no país. O Estado, ao contrário do que se passa nos Estados Unidos, tem lugar central na política educacional e sua ação possui função integradora; o sistema educacional é centralizado e a educação é oferecida para a nação, não visa particulares. O autor lembra que os salários são uma construção histórica, fruto de conflitos e decisões políticas, ou seja, são definidos de acordo com o coletivo. Dessa forma, o salário por mérito só se encaixa em uma lógica de mercado, que entende a educação como um serviço a ser prestado e olha para a performance individual e não a do grupo.

O livro é muito recomendado para aqueles que defendem o sistema antigo que preza a proteção do salário e a estabilidade, e que, como os pesquisadores e os sindicalistas entrevistados, não vêem sentido em colocar a escola dentro dessa lógica organizacional, que visa à

diminuição de recursos e preza a reforma de estatutos e condições de trabalho docente, caracterizadas pelo controle e avaliação constantes. O sistema contra o qual os sindicatos franceses estão lutando está também, pouco a pouco, sendo introduzido no Brasil, mascarado pelo discurso da melhoria de qualidade – medida através dos índices educacionais.

As últimas décadas foram marcadas por uma série de políticas e reformas neoliberais, as quais introduziram uma lógica gerencial na organização do Estado brasileiro – a “nova gerência” referida acima. A Educação não esteve imune a essas mudanças, de modo que o sistema educacional brasileiro apresenta-se, hoje, bastante fragmentado. Pesquisas tem apontado um processo contraditório de descentralização administrativa, financeira e pedagógica – tomando a escola como unidade organizadora central - com centralização e intensificação dos processos avaliativos. Essa nova lógica traduz-se em políticas públicas, as quais, no que tange os professores, tem engendrado um constante processo de intensificação e precarização do trabalho docente. As formas mais visíveis dessas políticas são a remuneração por mérito e o bônus salarial, que já foram adotadas por alguns estados brasileiros – como São Paulo e Minas Gerais. Tendo isso em vista, acredito que a experiência francesa e as pesquisas constantes nesse livro podem contribuir para o avanço das pesquisas sobre o tema no Brasil e também para a luta contra a concretização de tal sistema.

Referências Bibliográficas

CHAPTAL, A. LAMARCHE, T. NORMAND, R. **Payer les profs au mérite?**. Paris: Institut de recherches la FSU/ Éditions Nouveaux Regard et Éditions Syllepse, 2008.